



*Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos
Politécnicos e Universidades*

COMUNICADO

Estudo do CNE justifica Regime Especial de Aposentação para os Professores

O estudo hoje (17/10/2016) divulgado pelo “projeto aQeduto”, numa parceria estabelecida entre o CNE – Conselho Nacional de Educação e a Fundação Francisco Manuel dos Santos, revela aquilo que empiricamente já todos, ou quase todos, os agentes envolvidos na Educação em Portugal já sabiam.

O supracitado estudo refere “o envelhecimento do corpo docente em Portugal - em 2015, 39% dos educadores e professores tinham 50 anos ou mais”, acrescentando que, “quanto aos professores mais velhos, se está perante um sector em que “muitos sofrem de burnout [exaustão] educativo, em que a falta de reconhecimento e estagnação profissional, o aumento da idade da reforma, o desgaste em lidar com alunos cada vez mais problemáticos, o distanciamento geracional, o choque cultural e tecnológico entre estes, podem originar fortes conflitos em sala de aula.”

Se dúvidas houvesse relativamente à urgente necessidade da implementação de um Regime Especial de Aposentação para os docentes, as mesmas ficaram absolutamente dissipadas e esclarecidas pelo estudo científico, absolutamente insuspeito, agora apresentado.

O SPLIU foi a primeira entidade representativa dos educadores e professores a avançar com uma iniciativa, no caso, uma Petição na Assembleia da República, sobre a necessidade urgente que seja implementado a curto prazo, um Regime Especial de Aposentação para os Professores. Outras iniciativas se lhe seguiram por parte de outras entidades com o mesmo propósito, e temos conhecimento que outras estarão em marcha, o que não deixa de ser relevante e muito positivo.

Na perspetiva sistémica e integrada do SPLIU, não será importante determinar a prioridade, o mérito ou o desmérito das entidades representativas de professores nas iniciativas que têm, ou não, levado a cabo, na senda de alcançar o objetivo primordial de os professores virem a ter, no futuro próximo, condições especiais no seu regime de aposentação, dada a especificidade e o elevado desgaste provocado pelo exercício da profissão docente. Este parece ser ao SPLIU o desígnio fundamental para todas as estruturas representativas dos professores, e para os próprios, individual ou coletivamente.

Estejamos pois TODOS unidos na defesa ativa e intransigente, por todos os meios, e em todas as instâncias, rumo ao almejado sucesso, da rápida implementação de um Regime Especial de Aposentação para os Professores, a bem da Educação e de Portugal.

Lisboa, 17 de outubro de 2016

A Direção Nacional